

## Conde e Marcello acertam futuro da CEDAE no Rio

*Acordo prevê a entrega de áreas nobres à iniciativa privada*

Marcelo Sayão/AJB

O prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, afirmou, em entrevista ao Jornal da ASEAC, que o Município está negociando com o governo do Estado uma proposta concreta para o Setor de Saneamento Básico, que inclui a divisão dos serviços de produção e distribuição de água e esgotos entre os dois poderes. Segundo Conde, que confirmou a aprovação pela Câmara de Vereadores, em primeira instância, da criação da Empresa Municipal de Água e Esgotos, o poder concedente de água e esgotos, pela Constituição Federal, é do município, "e nós vamos lutar para manter isso". E acrescentou: "A prefeitura vem conversando com o governador Marcello Alencar, que adiou a concorrência da Barra, sem que fosse necessário recorrermos à justiça. Fizemos uma carta ao governador Marcello Alencar e agora estamos encaminhando uma proposta concreta nossa", explicou.

Sobre o Projeto de Lei 266, do Senador José Serra (PSDB/SP), que tramita em Brasília, transferindo ao Estado o poder de concessão dos serviços de Saneamento nas áreas metropolitanas, o prefeito disse não temer a sua aprovação o que, no seu entender, dificilmente ocorrerá. "Esse projeto ainda nem passou nas comissões ... e nem vai passar. A prefeitura pode conviver com o Estado, sem problemas. A minha proposta para o governador é a seguinte: O Estado fornece a água e trata o esgoto. A prefeitura - que já está fazendo a rede de esgotos - continua com esse trabalho..., além do que, complementa a rede de água. Estado e Município dividem tudo meio a meio".

O prefeito do Rio deu entrevista, no último dia 10, durante o lançamento dos Jogos Mundiais da Natureza, em Copacabana, ao lado do governador do Paraná, Jayme Lerner (ex-PDT e atual PFL) - que, na ocasião, admitiu estar estudando a hipótese de que a empresa estadual de Saneamento do Paraná - a Sanepar - uma das empresas mais sólidas do ranking nacional inicie parcerias com o setor privado, que poderá assumir determinadas concessões. No Rio de Janeiro, segundo Conde, não está descartada a concessão dos serviços de Saneamento à iniciativa privada, depois que parte deles forem repassados à prefeitura. Na verdade, ao ser indagado de forma mais objetiva sobre o assunto, o prefeito foi evasivo: "A prefeitura pode privatizar a sua parte, o Estado pode privatizar a dele. Acho que certas áreas podem ser terceirizadas. Outras, o poder público tem que fazer mesmo. A prefeitura está, por exemplo, fazendo o esgoto no Favela Bairro e em loteamentos populares. Agora, loteamentos mais



Pelas negociações, o Estado continuaria fornecendo água e tratando os esgotos. O Município quer parte da distribuição

caros, de gente com mais renda, pode-se privatizar, sem problema nenhum", concluiu.

A discussão sobre a privatização do Saneamento chegou à Assembléia Legislativa e à Câmara dos Vereadores. Na Assembléia, o assunto está sendo debatido no Fórum Permanente de Acompanhamento da Concessão dos Serviços de Água/Esgoto da Barra da Tijuca, que se reuniu, pela terceira vez, no último dia 20, com a presença do vice-governador, Luis Paulo Correa da Rocha, que se dispôs a analisar a redução dos prazos das obras de esgotamento sanitário da Bacia de Jacarepaguá. Na semana anterior, no dia 14, estive-

ram reunidos no Fórum as deputadas Lúcia Souto, PPS, Solange Amaral, PFL, Tânia Jardim, do PSDB, e Paulo Mello, líder do PSDB. Participaram também da reunião os vereadores Lysâneas Maciel, do PDT, Edson Santos, do PT, Eduardo Paes, do PFL, Waldy Abraão, do PMDB, e Paulo Pinheiro, do PPS. Criado por pressão da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, o Fórum tem o objetivo de pressionar o governo do Estado no sentido de que este reduza de 11 para quatro anos o prazo de execução das obras previstas no Edital de Licitação, que concede os serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário da bacia de Jacarepaguá. (pag.3)

*"Conforme o regime jurídico, os cursos d'água, cuja exploração o município pretende conceder a particulares, não lhe pertence."*

## Suspensa a privatização do Saneamento em Niterói

O juiz Antônio Marreiros da Silva Melo Neto, da 6ª Vara Cível de Niterói, acatou o pedido de liminar, feito pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Niterói, Carlos Eduardo Peixoto Xavier, na ação popular contra a prefeitura e a Empresa municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento - Emusa. A decisão suspende o processo de licitação destinado a conceder ao setor privado os serviços da CEDAE naquela cidade, até que se apure a validade do edital.

Na ação, patrocinada pelo advogado Tadeu Aparecido Ragot, o sindicato solicitou ao juiz a declaração de nulidade do edital, devido à forma como foi publicado, rompendo, unilateralmente, a

concessão já existente e estabelecida entre os poderes públicos municipal e estadual - este último representado pela CEDAE -, não sendo possível, portanto, rescindir um contrato ajustado entre um poder público e outro.

A sentença ressalta, ainda, que após rescindido o contrato, caberá ao Município indenizar o Estado, com relação aos investimentos efetuados pela CEDAE, o que acarretará danos ao erário municipal. "Lendo-se o edital de concorrência, nada se verifica sobre a responsabilidade pela indenização que, eventualmente, vier a ser devida ao antigo concessionário, cujo montante o autor da ação afirma superar o valor de R\$ 187.000.000,00, havendo justo receio de lesão ao tesouro municipal", afirma o magistrado.

A decisão da justiça levou em conta, tam-

bém, o fato de o Poder Público Municipal permitir que os proponentes possam apresentar taxas para prestação dos serviços, em valor 25% superior ao cobrado pela CEDAE. No entender do juiz, existe ainda a questão constitucional, pois "conforme o regime jurídico, os cursos d'água, cuja exploração o município pretende conceder a particulares, não lhe pertence".

Tendo em vista esses fatores, a justiça decidiu que "não há interesse público, pois caberá aos contribuintes o pagamento da dívida que recair sobre o Município, além de terem de pagar mais caro pelo serviço público que se quer conceder a particulares". Por último, o juiz Antônio Melo Neto, afirma, em sua sentença, que o edital contém cláusula geradora de desigualdade, pois estabelece para os consórcios um acréscimo de 30% do valor exigido para licitantes individuais.

PL-266:

## Conflito de interesses

Diante da "enxurrada" de ações na justiça, proveniente, principalmente, de algumas prefeituras e de entidades sindicais, em vários pontos do país, para impedir a privatização de sistemas concedidos e operados pelos estados, o governo federal resolveu apostar na aprovação do Projeto de Lei 266, do Senador José Serra (PSDB-SP). O projeto, em tramitação no Senado, retira a autonomia dos municípios e transfere aos estados o poder de conceder a exploração dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotos nas regiões metropolitanas e sistemas interligados que envolvam mais de uma cidade, fragilizando os municípios, e vem provocando uma batalha "surda" entre prefeituras e governos estaduais.

O próprio relator do Projeto, Senador Ney Suassuna (PMDB-PB), admite que o PL-266 é inconstitucional, tendo em vista que a Constituição de 1988 define que a titularidade dos serviços de Saneamento é de competência dos municípios. Por isso, está sugerindo dividir o projeto em dois, um deles retirando da Carta Magna o texto que garante a titularidade dos serviços aos municípios; e um outro, regulamentando o Setor de Saneamento Básico. O assunto vem sendo discutido em audiências públicas dentro do próprio Congresso, e vários prefeitos têm reagido à proposta do Senador José Serra.

A questão maior se deve ao forte peso político que o setor de Saneamento carrega, além de sua alta rentabilidade, que tem levado os prefeitos a protestar contra o PL-266, enquanto o Senador Ney Suassuna tenta contornar, para encontrar uma fórmula que permita uma "convivência proveitosa" entre as duas partes - estados e municípios.

Diante da reação dos prefeitos e trabalhadores das companhias estaduais de Saneamento, o ministério do planejamento decidiu rever o PL-266. Não para retirá-lo, mas para tentar fazer alguns "ajustes", que já estão sendo analisados e deverão ficar prontos ainda este mês. A Secretaria de Política Urbana do ministério - Sepurb - entende que o projeto não centraliza as decisões sobre o Setor e visa resgatar o papel do Município de titular dos serviços de Saneamento, quando estes se resolverem dentro do mesmo Município, e definir, no caso de Regiões Metropolitanas, quem, por exemplo, é o titular da captação e da produção de um Sistema de Água.

Na interpretação da Sepurb, no caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o poder concedente é o Estado, sendo que o Município não perde nada, pois continua sendo o responsável pela distribuição.



## ERRATA

No último Jornal da ASEAC, publicamos, por engano, na página 7, que o atual vice-presidente do Sindicato dos Urbanitários, Jurandir Petrolino, era empregado da Light. Na verdade, Jurandir é empregado da CEDAE. Por este motivo, inclusive, Jurandir representou o presidente do Sindicato no Encontro sobre "Gestão do Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro", realizado com apoio da ASEAC, que mereceu ampla cobertura na edição passada (junho/97) deste Jornal.

Jornal da ASEAC  
Associação dos Empregados de  
Nível Universitário da CEDAE  
Rua Sacadura Cabral, 120,  
Salas 601, 602, 607 e 902  
Tels: 263 6240 e 296 0025 - Ramal 102 -  
Telefax: 253 7482

Internet: aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA  
Diretor Presidente  
Dário Mondego  
Diretor Vice-Presidente  
Walcyr Goulart Mariosa  
Diretor Administrativo  
César Eduardo Scherer  
Diretor Financeiro  
Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação  
Jaime Dutra Noronha  
Diretor Técnico  
João Benedito Lorenzon Mello  
Diretor Social  
Antônio Carlos Alvares Grillo

CONSELHO DIRETOR  
Representantes dos  
Administradores  
Pedro Paulo de Freitas  
Advogados  
Suelli Kolling Turano  
Analistas  
César Lima da Graça  
Aposentados  
Edson Bittencourt Rosas  
Elysio Américo M. da Fonseca  
Leon Ambram  
Nacim Chau Cascum

Arquitetos  
Dirceu Soares Marinho Filho  
Biólogos  
Evandro Rodrigues de Brito

Contadores  
Sérgio Pereira

Demais categorias  
Eliana Glória de P. Peixoto

Economistas  
Pedro Evandro Ferreira

Engenheiros  
Álvaro Henrique C. Verocai  
Clóvis Francisco do Nascimento Filho  
Flávio de Carvalho Filho  
Márcio de Melo Rocha

Paulo César Quintanilha  
Renato Guerra Marques  
CONSELHO FISCAL  
Efetivos: Aloísio Souza da Silva, Nelson  
Martins Portugal e José Carlos Filippa.  
Suplentes: David Fink, Antônio Bastos de  
Oliveira e Luiz Fernando F. Rodrigues.  
PRODUÇÃO E EDIÇÃO  
Planin - Assessoria de Comunicação  
Telefax: (021)220 5031/ (021)224 5472  
Jornalista Responsável:  
Carlos Emiliano Eleutério  
MTB: 12.524/RJ  
Coordenação de Reportagens:  
Anne Raquel Sampalo  
Diagramação: João Carlos Guedes  
Revisão: Maria Amália Monteiro  
Edição de julho de 1997  
Tiragem: 2.000 exemplares

# Prefeitura quer participar da gestão do Saneamento no Rio

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - sobre a CEDAE, instaurada na Câmara Municipal, deverá sugerir ao prefeito Luis Paulo Conde que assuma os serviços de Saneamento no município do Rio. A informação foi dada, na Alerj, no último dia 14, em reunião do Fórum de Acompanhamento da Concessão dos Serviços de Água/Esgoto da Barra/Jacarepaguá, pelo vereador Eduardo Paes, do PFL, que afirmou ter dificuldades para falar com o estado sobre a CEDAE: "Estamos reclamando da falta de diálogo entre o governo do Estado e a Câmara Municipal. O secretário estadual de Obras, o Rato, desmarcou um depoimento na CPI com menos de 24 horas. É um absurdo".

Eduardo Paes explicou que o relatório final da CPI deverá estar concluído, no máximo, em um mês. Ao comentar a questão da Barra da Tijuca/Jacarepaguá, o vereador explicou que a prefeitura não vai aceitar que o Estado faça a licitação da concessão dos serviços de Saneamento da região, "ela mesma deverá fazer a concessão". Já o secretário municipal de Meio-Ambiente, Maurício Lobo - também presente à reunião do Fórum - considerou que hoje a comunidade da região da Barra/Jacarepaguá vive uma situação injusta, pois paga por um serviço que não tem e, ao mesmo tempo, é obrigada a ter suas estações próprias de esgoto. Lobo considerou que também o Município vive uma situação injusta, pois faz as redes de esgoto e as entrega à CEDAE:

"Pela primeira vez, no entanto, estamos sentindo que o governo do Estado está disposto a rever a sua posição, até porque a licitação para a concessão da Barra/Jacarepaguá só vai sair, se o Edital contemplar a participação efetiva do Município. Estamos sentindo que o Estado quer conversar, o governador mudou de idéia, inclusive nos mandou uma correspondência admitindo que nós, município, somos o poder concedente". Ao defender a reabertura das discussões, Maurício Lobo admitiu que não dá para aceitar os prazos definidos no Edital, pois esta questão envolve um problema ambiental e de saúde pública: "Esta não é uma questão político-partidária, o prefeito enviou uma carta ao governador, explicando que não quer impedir a concessão, mas quer que esta dê um retorno efetivo à



O Secretário de Meio Ambiente do município disse que, pela primeira vez, o Estado parece querer rever sua posição

população. O Município não concorda com esses prazos. Aliás, a nossa idéia é que a concessão do serviço de Saneamento Básico de Jacarepaguá/Barra/Recreio seja feita em conjunto com o Estado".

Segundo Lobo, a prefeitura já assentou mais de 30 quilômetros de redes de esgotos no Recreio e já vai iniciar o processo para fazer a licitação para a construção da Estação de Tratamento de Esgotos do bairro: "Esta obra não seria feita pela iniciativa privada, pois não traz retorno financeiro imediato. Agora, o Estado também não faz. A prefeitura resolveu, então, assumir o serviço, e o bom disso tudo é que, pela primeira vez, o governo do Estado admitiu nos entregar o cadastro da CEDAE para que possamos fazer a cobrança pelo serviço. Quer dizer, há uma mudança de comportamento". Ao explicar que o Município "não abre mão" de partilhar da gestão do Saneamento em alguns lugares, entre os quais Barra/Recreio/Jacarepaguá e Zona Sul, o secretário municipal de Meio-Ambiente informou que o Estado precisa reconhecer de uma vez por todas que o poder concedente é o Município.

#### Serviço ruim

"O Estado precisa entregar os serviços de Saneamento à iniciativa priva-

da, porque presta um serviço ruim e atende mal à população. Agora, a comunidade precisa ter garantido o direito de saber como este processo está ocorrendo". A opinião é do líder do PSDB na Alerj, deputado Paulo Mello, que afirmou - na reunião da Alerj - que antes de ser governo é cidadão e, portanto, "não vai poupar esforços no sentido de que o governador Marcello Alencar retome o diálogo com a comunidade, para que esta tenha suas reivindicações atendidas".

A deputada Tânia Jardim, presidente em exercício da Alerj, também se comprometeu, diante de representantes dos moradores da Barra da Tijuca, que lotaram a sala de Audiências da Alerj, a fazer gestões junto ao vice-governador, para que a comunidade seja ouvida. Os outros parlamentares que participaram das discussões foram unânimes em informar que a questão não era a forma de gestão dos serviços de Saneamento, ou seja, se feito através de uma empresa pública ou privada. O fundamental, segundo os parlamentares, é que a comunidade tenha as suas reivindicações atendidas".

Segundo o presidente da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca, Delair Dumbrosck, politicamente, os moradores da Barra da Tijuca e de

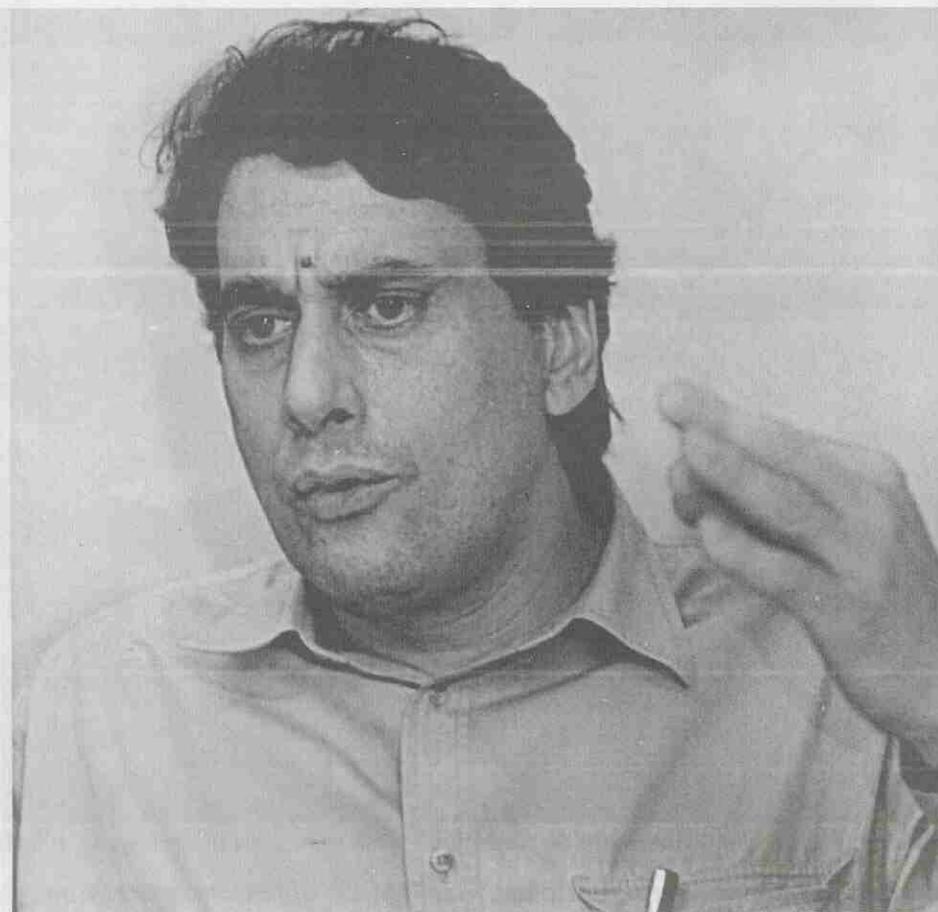
Jacarepaguá não podem "ceder à chantagem do governo estadual, que suspendeu a licitação, alegando que os moradores não querem a obra. Isto não é verdade. Nós queremos negociar, mas não existe negociação, quando apenas um dos lados impõe as suas idéias. Acabou a ditadura da década de 70, queremos o diálogo. Não tem sentido construir um emissário e este não ser ligado a nada. A saúde da população e o desequilíbrio ambiental não estão sendo considerados pelo governo do Estado. Todos estão de acordo em cobrar a tarifa imediatamente. Agora, em concluir as obras, não", desabafou. Delair Dumbrosck, defendendo a idéia - que foi aprovada por todos - de que o Fórum enviasse um documento ao governador Marcello Alencar, para que este não marcasse nova licitação antes que a comunidade fosse ouvida, em audiência. Para o presidente da Câmara Comunitária, é bom ficar claro que ninguém - nem governador, nem vice-governador e nem o presidente da CEDAE - pode afirmar desconhecer o que está ocorrendo: "Já falamos com o Nolasco várias vezes e ele, embora concorde que nós temos razão, diz que não pode fazer nada, pois quem define é o Luís Paulo Corrêa da Rocha", concluiu.

# Privatização da CEDAE pode custar muito caro à população

Com 18 anos de militância no movimento sindical, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro (Urbanitários), Luís Carlos de Oliveira, representa algumas das categorias profissionais mais ameaçadas pela onda de privatizações no Estado. Candidato à reeleição nas eleições de setembro próximo, Oliveira é um crítico mordaz daquela que, "entre todas as administrações do PSDB, é a mais afinada com o neoliberalismo, que tomou conta do governo federal". Analista de sistemas da Light, ele adverte que, se a CEDAE for privatizada, a prestação dos serviços de água e esgotos vai piorar - a exemplo do que aconteceu com o fornecimento de energia elétrica no Estado e na cidade do Rio de Janeiro.

**Jornal da ASEAC - Os empregados da CEDAE estiveram a ponto de entrar em greve no dia 23 de julho último, mas a direção da Cia. voltou atrás em sua intenção de suprimir do dissídio coletivo a cláusula da garantia de emprego e a paralização acabou não acontecendo. Qual é a relação deste episódio com a anunciada privatização da Cia.?**

**Luís Carlos de Oliveira** - O fim da garantia de emprego seria um passo gigantesco na direção da privatização. Esse impasse já havia acontecido nos dois anos anteriores e, dessa vez, não foi diferente. A medida, na prática, abriria espaço para as demissões e a consequente adequação da empresa às exigências dos compradores. Mas, o episódio acabou sendo muito saudável para a categoria. Pela primeira vez, na história da CEDAE, todos os segmentos da Empresa - trabalhadores operacionais, administrativos e os de nível superior - experimentaram uma união inédita. A direção da Cia. ainda tentou persuadir a base da categoria, dividindo os quadros da empresa em duas classes - os que trabalham e os que não trabalham. Mas, a mobilização do pessoal e a intervenção do presidente da CUT, Vicentinho, que, na véspera da assem-



**"O governador do Estado do Rio, Marcello Alencar, é, de todos os governadores do PSDB, o mais afinado com as cobranças do capital externo."**

bléia decisiva, falou com o governador Marcello Alencar pelo telefone, levaram o governo a rever sua posição.

**JA - De que maneira, o desfecho do dissídio coletivo se refletiu sobre o ânimo dos funcionários da Companhia?**

**Oliveira** - A preservação da cláusula da manutenção de emprego era fundamental, porque a categoria precisa de tranquilidade para resgatar o caráter público da empresa. A CEDAE, a exemplo de outras estatais, sempre foi usada para viabilizar políticas clientelistas, não só por este, mas por todos os outros governos. Como sua ação

nunca foi norteada à luz de uma política de desenvolvimento, as intervenções, que ainda hoje se restringem a tapar um buraco aqui e outro ali, comprometeram sua trajetória. É muito difícil sobreviver com perdas da ordem de 40% e uma evasão que chega a 20%. Muita coisa precisa ser feita. A empresa precisa se modernizar, ter uma visão empresarial mais arrojada e uma política de mercado definida. Precisamos provar, com eficiência e mais produtividade, que só a CEDAE pode prestar os serviços de água e esgotos esperados pela população.

**JA - O redesenho da Companhia, a**

**exemplo do que aconteceu com a Sabesp, em São Paulo, é o caminho a ser seguido?**

**Oliveira** - A realidade paulista é diferente da nossa, porque lá o governador Mário Covas encampou a proposta de preservar o caráter social da empresa, mantendo o Saneamento na esfera do poder público. Já o governador do Estado do Rio, Marcello Alencar, é, de todos os governadores do PSDB, o mais afinado com as cobranças do capital externo: privatizou a CEG, a CERJ, está em vias de privatizar a Conerj e quer vender a CEDAE. Por isso, acho que primeiro devemos pensar numa política de Saneamento para o Rio de Janeiro. Não adianta nada investir recursos para redesenhar a empresa e depois ter de entregá-la à iniciativa privada.

**JA - O argumento de que os investimentos em saneamento são altos é usado para justificar a privatização das empresas públicas. Ele é válido?**

**Oliveira** - Não. Os recursos existem e, além disso, outras medidas administrativas podem aumentar a rentabilidade das empresas do setor. Um programa de redução de perdas realizado pela empresa na zona da Leopoldina e na Av. Rio Branco, no centro da cidade, em 95, elevou a arrecadação de R\$ 220 mil para R\$ 375 mil. A "performance" foi obtida com a simples instalação de hidrômetros e o recadastramento de imóveis, na área nobre da cidade.

**JA - Outro argumento utilizado sustenta que a privatização dos serviços públicos funcionou em países desenvolvidos. Isso é verdade?**

**Oliveira** - Não. Na Inglaterra, a população tem ido às ruas reclamar da qualidade dos serviços de saneamento e telecomunicações, que foram privatizados. Muito embora, lá as agências de fiscalização funcionem, a política do setor não foi bem definida e o poder público não conseguiu fazer com que os cronogramas fossem cumpridos. A insatisfação dos consumidores ajudou, inclusive a definir o processo eleitoral que reconduziu os trabalhistas ao poder.